JCM — Pode parecer estranho, mas há raciocínios destes completamente absurdos. Vejamos, por exemplo, o caso de Timor. Portugal, sozinho, não tinha conseguido o resultado que conseguiu, só possível porque teve o apoio da União Europeia. Ou melhor, porque conseguiu conquistar o apoio dos nossos parceiros da União Europeia e, depois, da própria ONU. Foi pelo facto de sermos membros da União Europeia e da ONU que conseguimos levar a Indonésia, que tinha a favor dela um potencial económico e político que fazia com que países como os Estados Unidos e a Austrália hesitassem em aceitar o referendo. Se fosse Portugal sozinho, a actuar com uma perspectiva nacionalista, se fosse uma «batalha» isolada contra a Indonésia, é evidente que nunca teríamos conseguido o resultado que alcançámos.

AV — Mas durante um certo tempo ainda se fazia de Timor, antes de tudo, uma questão de política interna.

JCM — Nós beneficiámos de erros graves cometidos pela Indonésia, e o erro mais grave foram os atentados aos direitos humanos. A comunicação social divulgou universalmente o massacre de Santa Cruz e fez dele um caso de violação grave dos direitos humanos. Foi através da campanha pela defesa dos direitos humanos que Portugal conseguiu levar os países da União Europeia e os próprios Estados Unidos a apoiarem a posição portuguesa. Por isso digo que os Indonésios cometeram um grave erro. Se tivessem sido mais hábeis, se não se tivessem exposto daquela maneira, talvez esses países não tivessem apoiado Portugal da forma como vieram a apoiar. Aí, entra a questão dos direitos humanos, que é algo que realmente tem uma importância fundamental.

III

Para além da União

O antiamericanismo tradicional

AV — Tem dito, e tem escrito, que defende uma perspectiva portuguesa euro-atlântica. Qual era a perspectiva que existia na relação com os Estados Unidos quando chegou ao ministério?

JCM — Cheguei ao ministério pouco depois da intervenção dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. Entrei no ministério em Outubro e o ataque de Pearl Harbor foi em Dezembro. Nessa altura, as nossas relações com os Estados Unidos passaram a ser extremamente íntimas e importantes, por causa da questão dos abastecimentos — tínhamos problemas sérios com o abastecimento e um grande défice alimentar. Muitas vezes as pessoas não têm noção disso, mas tivemos sempre de fazer importações, sobretudo de cereais, e, por outro lado, havia o problema dos combustíveis. Para resolver esse problema dos abastecimentos, com a entrada dos Estados Unidos na guerra, fizemos um acordo triangular — Estados Unidos, Inglaterra e Portugal — em que os Estados Unidos se comprometiam a garantir certos fornecimentos que não conseguiríamos facilmente obter nos mercados habituais. Pode dizer-se que, a partir daí, houve bastante intimidade,

porque ainda não se tinham levantado outros problemas de matriz estratégica. Mas estávamos ainda no começo da guerra. Depois, quando a guerra submarina alemã se intensificou, começou a surgir um interesse americano na utilização de bases nos Açores, para combater a guerra submarina alemã. Gerou-se uma situação um pouco difícil, porque Roosevelt estava influenciado pelos militares americanos e queria tratar Portugal «por cima da burra», preparando acções violentas. Churchill interveio, como uma espécie de moderador, e aconselhou Roosevelt a obter aquilo que pretendia através da negociação. Os Americanos chegaram a ter um plano, que existe nos arquivos, para forçar Portugal a ceder os Açores. Mas isso, felizmente, não foi por diante. E acabou por se arranjar uma forma — a Inglaterra invocaria a aliança luso-britânica. No início da guerra, Portugal fez uma declaração de neutralidade, mas uma neutralidade muito especial, porque punha reservas quanto às obrigações da aliança. Houve quem lhe chamasse neutralidade colaborante. Foi nessa base que Churchill invocou a aliança. O objectivo era, no fundo, que através dos Ingleses os Americanos pudessem utilizar bases nos Açores.

AV — A corrente favorável ao eixo tinha personalidades importantes?

JCM — Personalidades não direi, mas funcionários sim. O secretário-geral, que era o Teixeira de Sampaio, um homem que vinha do passado e muito ligado à aliança inglesa, tinha evidentemente uma posição pró-britânica. Penso que desempenhou uma função importante junto de Salazar, que estava rodeado de algumas pessoas nitidamente pró-germânicas. O homem que mandaram como embaixador para Berlim, por exemplo, o engenheiro Nobre Guedes — aliás, com resultados pouco positivos, embora ele fosse um homem muito chegado a Salazar e creio que até da União Nacional. Havia outras pessoas conhecidas que eram evidentemente pró-germânicas. Na diplomacia portuguesa propriamente dita, havia quem dissesse que o antigo director-geral económico, que depois foi substituir Nobre Guedes na Alemanha, o conde de Tovar, era germanófilo. Mas eu não acredito muito nisso. Não acredito muito que ele fosse germanófilo, no sentido de apoiar a política de Hitler. E duvido muito que Salazar mandasse para Berlim um homem muito favorável a Hitler. O que ele não era, provavelmente, era antialemão. Porque muitas pessoas são admiradoras da Alemanha sem serem pró-nazis. Em Portugal nunca houve uma grande tradição de ligação à Alemanha, a não ser durante a I Guerra Mundial, em que o sector monárquico ou ultraconservador era pró-alemão. Mas isso era uma reacção aos republicanos pró-aliados.

AV — Essa divisão que havia na altura entre os pró-germânicos e os pró-britânicos, entre os pró-potências atlânticas e os que se lhe opunham, uma divisão entre os mais progressistas e os mais reaccionários, os mais abertos e os mais isolacionistas. Era isto então claro?

JCM — Não. É natural que, na repartição dos assuntos económicos, como o problema económico fundamental era a questão dos abastecimentos, houvesse um ambiente mais favorável às ligações com os Estados Unidos. O grupo conservador católico a que Salazar pertenceu era germanófilo para mostrar o seu antagonismo à República. Como Salazar vinha desse ambiente, manifestou sempre essas tendências. Mas é preciso ter cuidado ao julgar a posição dele em relação aos Alemães e aos Ingleses...

Salazar tinha uma grande admiração pelos Ingleses, pelos métodos educativos dos Ingleses, até fez conferências sobre isso. Nunca vi que escrevesse nada, ou manifestasse qualquer tendência pró-germânica propriamente dita.

AV — Havia um sector pró-inglês que teve enorme dificuldade em adaptar-se à nova realidade internacional, com a presença da

nova potência dominante no Atlântico, os Estados Unidos, que além de ser uma grande democracia eram uma potência anticolonial, ao contrário dos Ingleses.

JCM — Em relação aos Americanos, havia um problema que torna difícil interpretar a posição de Salazar. Eu tenho uma interpretação pessoal. Creio que, em alguns escritos de Franco Nogueira, uma espécie de diário que publicou, ele dá a entender que Salazar era mais contra os Americanos do que contra os Russos. Isso podia ter sido uma reacção momentânea, mas o fundamental é que Salazar tinha muito mais receio dos Americanos que dos Russos, o que era natural. Em relação ao comunismo, Salazar achava que o povo português estava mais ou menos vacinado, mais ou menos protegido. Mas em relação aos Americanos, não. A construção política de Salazar foi baseada na crítica da democracia portuguesa do princípio da República, em que havia instabilidade governativa, ausência completa de administração. E o sistema partidário era, para ele, algo que não podia funcionar em Portugal. Por isso, ele era contra os partidos. Porquê? Porque o sistema partidário, a democracia parlamentar, levava à instabilidade, à desorganização e à não-administração do país. Mas a democracia americana era um contraponto a esta situação porque era um modelo de estabilidade e, ao mesmo tempo, de progresso económico. Por isso, qualquer pessoa racional poderia pensar: «A nós, os que nos convinha era o modelo americano.» Salazar temia que essa ideia pudesse ocorrer aos grandes mentores do seu regime e tentava vaciná-los contra isso. Isto é tão verdade, que há exemplos vários a comprová-lo.

Quando houve uma reunião da NATO em Lisboa, em Fevereiro de 1952, estiveram cá todos os ministros dos Negócios Estrangeiros da Aliança e Lumbrales contava que Salazar atribuiu a todos uma nota. A Eden deu-lhe 10 valores; a Dean Acheson, o americano, deu-lhe 18 valores. No fundo, admirava os Americanos, não queria é que as pessoas se convencessem que o sistema democrático americano podia servir para Portugal.

AV — A posição de Salazar em relação aos Americanos reflecte-se ainda hoje numa corrente antiamericana da direita nacionalista. George Kennan, que negociou com Salazar a cedência dos Açores durante a guerra, traduziu o sentimento de Salazar em relação aos Americanos numa nota a Roosevelt: «Fears us slightly less than the Russians.» A América, do ponto de vista político, mas também dos costumes, era vista como uma ameaça ao seu regime pelos salazaristas.

JCM — Vou-lhe contar alguns factos concretos que ajudam a ilustrar estas coisas. Por exemplo, numa certa altura, a cadeia Hilton decidiu fazer um hotel em Lisboa, e Salazar opôs-se. O que é que Salazar fez? Chamou alguns empresários portugueses e disse: «Os americanos querem fazer um grande hotel aqui, em Lisboa, e vêm para ganhar dinheiro. Se é para ganhar dinheiro, porque é que não ganhamos nós esse dinheiro, porque é que os senhores não investem?» O José Espírito Santo, de quem fui colega na CIDLA, contou-me: «Eu investi dinheiro no Hotel Ritz, mas estava convencido de que ia perder dinheiro. Nunca fiz um investimento tão lucrativo.»

Salazar não queria o Hilton, pois dizia que, atrás do hotel, vinham os administradores, os empregados, e tudo o mais, e não queria isso — a tal importação do *american way of life*. Ele conhecia muito bem a América, porque quando uma pessoa dá muita importância a alguma coisa comcça a estudar. E Salazar era um estudioso, procurava informar-se sobre a realidade americana. Ele não queria, de modo algum, que a sua elite se deixasse impressionar pela solução democrática americana, que não lhe convinha, de forma alguma. Implicava eleições livres, etc.

AV — Mas certamente que além de recusar a democracia também não lhe agradava a natureza anticolonial de um Estado que tinha sido uma colónia e que tinha feito uma guerra de independência que teve então, aliás, a simpatia dos Portugueses.

JCM — Isso é numa fase posterior. Tem, sim, muito a ver com a ideologia de Salazar. É que Salazar, com a ideologia que tinha, não podia admitir uma solução democrática para o Ultramar, e as soluções que se apresentavam através da ONU e dos Americanos eram soluções que implicavam consultas populares, que ele não podia aceitar. Em relação à Índia, houve muitas pressões para que se fizesse um referendo, e tudo garantia que o resultado não seria desfavorável a Portugal. Os homens de Goa, da Índia, ou votavam a sua autonomia ou votavam a sua ligação a Portugal. O mais provável era a autonomia. Salazar opôs-se porque isso seria aceitar a ideia de consulta popular e era abrir a porta para outros pedirem também referendos. Isso seria desmanchar um sistema político que ele tinha construído.

Penso que Salazar não se preocupava muito com o império, nunca lá pôs os pés. Era mais a defesa do regime português, do regime interno, que o preocupava. Aquela construção que ele tinha feito e que não podia ter brechas, senão desmanchava-se tudo. Ele mantinha um certo distanciamento das questões do Ultramar, senão mesmo desprezo. Fundamental era preservar a solidez e pureza do seu regime político e foi isso que o levou à defesa intransigente da política ultramarina. É claro que ele sabia perfeitamente que os Americanos não podiam concordar com a nossa política ultramarina. Ele não era parvo, sabia muito bem que era impossível que um país como a América, com os princípios que sempre defendeu, pudesse apoiá-lo. Mas os Americanos nunca manifestaram uma hostilidade muito directa à nossa política.

AV — No tempo de Kennedy houve algum apoio aos movimentos de libertação das colónias portuguesas e Eduardo Mondlane, o fundador da Frelimo, veio dos Estados Unidos, e sentia-se próximo das suas tradições liberais.

JCM — Houve, claro, porque havia círculos americanos que eram nitidamente favoráveis a esses apoios. Mas não tinham

nada a ver com a administração americana, que era bastante cuidadosa. Queriam arranjar soluções de compromisso, prazos, afirmações de princípios. Eles contentavam-se com isso, tanto que as propostas concretas que o secretário de Estado Ball veio cá apresentar a Salazar, enviado por Kennedy, eram exactamente a aceitação do princípio da autodeterminação e a fixação de um prazo para discutir essa transformação, mas aceitando que esse prazo fosse indefinido. Mas nem isso Salazar queria aceitar.

AV — Podemos dizer que a corrente que definiu como antieuropeísta era também antiamericana. Como é que explica isso?

JCM — É uma atitude nacionalista. Os Americanos aparecem sempre como uma ameaça à identidade de um determinado país. Mal ou bem, aparecem. E acabou por ser assim com os MacDonalds e a *Coca-Cola*. Não se bebia *Coca-Cola* em Portugal. Salazar nunca autorizou a *Coca-Cola*. Portanto, é uma espécie de aversão proveniente da nossa natureza saloia. É uma reacção nacionalista, um bocado provinciana. Mas, por outro lado, uma federação europeia também é uma ameaça à independência nacional. Há essa atitude nacionalista, que vê estas coisas de uma forma deturpada, exagerada. Não aceitam o internacionalismo, a influência estrangeira, etc., etc.

A questão espanhola

AV — Essa corrente era antieuropeia, antiamericana e antiespanhola.

JCM — Antiespanhola de forma mais limitada, é mais uma coisa histórica. Nós quase somos obrigados a ser anticastelhanos, sobretudo antiespanhóis. Porque a Espanha é uma concepção política particular, constituída por várias nações. A concepção espanhola baseia-se na unidade geográfica, uma certa unidade cultural, e uma certa lógica de que todos os países deste território pertençam ao mesmo Estado. Há uma lógica, mas isso só é aceitável numa base consensual. Acontece que, pelo menos uma nação, Portugal, nunca aceitou o projecto. E temos provas disso, através da História. Quem explicou muito bem esta tese foi Alexandre Herculano[1]. A tese diz: Portugal é independente porque os Portugueses querem ser independentes. É voluntarista. Há

[1] Nas palavras de Alexandre Herculano: «Somos independentes, não por termos rios ou cadeias de montanhas a separar-nos de outros países, ou qualquer obstáculo físico, somos portugueses porque sempre tivemos a vontade de ser independentes e o quisemos ser politicamente.» *Apud* Soares, Mário e Sousa Pinto, Sérgio, *Diálogo de Gerações*. Círculo de Leitores, 2004, pp. 202-203.

muitas teses que não têm fundamento nenhum, mas a tese voluntarista tem. Houve um núcleo de portugueses que não aceitaram. E em relação a isso não há nada a fazer. É por isso que conseguimos manter a independência durante oito séculos e meio, em relação a uma potência muito superior à nossa.

AV — A recusa dos Portugueses em fazer parte do projecto integracionista castelhano não significa que a Espanha democrática, que aliás é uma nação de nações, queira anexar Portugal. O anticastelhanismo confunde-se em Portugal com o nacionalismo, que necessita sempre de ter um inimigo, de preferência se puder ser parte de uma narrativa histórica que sustente a sua ideologia.

JCM — Houve sempre uma certa desconfiança porque, do lado espanhol, eles nunca desistiram do projecto.

AV — Mas hoje já não têm esse projecto.

JCM — Não sei. Mas tinham-no ainda não há muito tempo...

AV — Mas hoje que Portugal e a Espanha são duas nações democráticas, parece-me que existe uma clara incompatibilidade entre o antiespanholismo e o pró-europeísmo; não vejo como possa tornar coerente entre si essas duas posições.

JCM — A União Europeia, em grande parte, vem diluir esse problema. Agora, pela primeira vez na História, fazemos parte do mesmo núcleo de nações e estamos ligados às mesmas alianças. E há um projecto de integração económica que funciona, não tão mal como para aí dizem. Queixam-se dos produtos espanhóis chegarem aqui, mas esquecem-se que nós temos a mesma liberdade e que estamos a ganhar, porque enquanto eles beneficiam de um mercado com apenas dez milhões de habitantes, nós beneficiamos da entrada num mercado de cerca de 40 milhões. Nós estamos numa posição mais vantajosa que os Espanhóis. A ques-

tão é se nós sabemos ou não aproveitar essas condições. Mas aí a culpa não é dos Espanhóis, é nossa. Se nós não vendemos em Espanha, não investimos mais em Espanha, é porque preferimos investir no Brasil. Há ainda uma certa desconfiança em relação a Espanha, mas acho que, a pouco e pouco, ela está a ser vencida. Estamos sempre a pensar que Espanha está a conspirar para absorver Portugal. E ainda não há muito tempo isso acontecia. Durante a Guerra Civil de Espanha, o governo português ficou alarmado com o domínio dos comunistas e da gente da extrema-esquerda, alguns dos quais tinham um projecto ibérico. Em Portugal, no país todo, temia-se que uma vitória dos vermelhos pudesse levar à anexação de Portugal. Mas os nacionalistas tinham uma ala, que era a Falange, que tinha o mesmo projecto e que não o escondia. Eu tive na mão panfletos com o mapa de Espanha com Portugal incluído, etc. Tinham o mesmo projecto, simplesmente Franco era um homem mais moderado, que nunca deixou que a Falange fosse predominante.

AV — Mas mesmo nesse período, o iberismo da corrente republicana, antifascista, não significava que estivessem a pensar em anexar Portugal. Pelo seu lado as posições em Portugal contra a República espanhola eram antes de tudo por medo de ter na vizinhança um regime contrário ao que estava aqui. Temiam o efeito de contaminação.

JCM — Sim, é evidente. Não era só a questão iberista.

AV — Uma característica dos nacionalistas é a desconfiança em relação a tudo o que é exterior.

JCM — Para eles, o estrangeiro é o adversário, o inimigo.

Os limites da geopolítica

AV — Então porque é que a desconfiança não existe em relação à Inglaterra?

JCM — Não pense que não existiu, ou não existe, uma corrente de grande desconfiança em relação aos Ingleses.

AV — De facto, o Ultimato de 1890 teve um enorme impacto na percepção em relação aos Ingleses...

JCM — A Grã-Bretanha funcionou como um aliado, sempre. Mas também houve sempre uma desconfiança enorme em relação aos Ingleses. E, ao contrário do que muita gente supõe, essa ideia, que foi espalhada pelos Franceses, que Portugal era uma colónia britânica, é uma ideia bastante exagerada. Foi difundida pelos Franceses, que tiveram sempre uma certa inveja da predominância britânica em Portugal. Achavam que, historicamente, a França devia ter mais influência em Portugal. O que é facto é que, apesar dessa desconfiança, precisávamos dessa aliança inglesa. O que não quer dizer que, no que se refere à con-

tão é se nós sabemos ou não aproveitar essas condições. Mas aí a culpa não é dos Espanhóis, é nossa. Se nós não vendemos em Espanha, não investimos mais em Espanha, é porque preferimos investir no Brasil. Há ainda uma certa desconfiança em relação a Espanha, mas acho que, a pouco e pouco, ela está a ser vencida. Estamos sempre a pensar que Espanha está a conspirar para absorver Portugal. E ainda não há muito tempo isso acontecia. Durante a Guerra Civil de Espanha, o governo português ficou alarmado com o domínio dos comunistas e da gente da extrema-esquerda, alguns dos quais tinham um projecto ibérico. Em Portugal, no país todo, temia-se que uma vitória dos vermelhos pudesse levar à anexação de Portugal. Mas os nacionalistas tinham uma ala, que era a Falange, que tinha o mesmo projecto e que não o escondia. Eu tive na mão panfletos com o mapa de Espanha com Portugal incluído, etc. Tinham o mesmo projecto, simplesmente Franco era um homem mais moderado, que nunca deixou que a Falange fosse predominante.

AV — Mas mesmo nesse período, o iberismo da corrente republicana, antifascista, não significava que estivessem a pensar em anexar Portugal. Pelo seu lado as posições em Portugal contra a República espanhola eram antes de tudo por medo de ter na vizinhança um regime contrário ao que estava aqui. Temiam o efeito de contaminação.

JCM — Sim, é evidente. Não era só a questão iberista.

AV — Uma característica dos nacionalistas é a desconfiança em relação a tudo o que é exterior.

JCM — Para eles, o estrangeiro é o adversário, o inimigo.

Os limites da geopolítica

AV — Então porque é que a desconfiança não existe em relação à Inglaterra?

JCM — Não pense que não existiu, ou não existe, uma corrente de grande desconfiança em relação aos Ingleses.

AV — De facto, o Ultimato de 1890 teve um enorme impacto na percepção em relação aos Ingleses...

JCM — A Grã-Bretanha funcionou como um aliado, sempre. Mas também houve sempre uma desconfiança enorme em relação aos Ingleses. E, ao contrário do que muita gente supõe, essa ideia, que foi espalhada pelos Franceses, que Portugal era uma colónia britânica, é uma ideia bastante exagerada. Foi difundida pelos Franceses, que tiveram sempre uma certa inveja da predominância britânica em Portugal. Achavam que, historicamente, a França devia ter mais influência em Portugal. O que é facto é que, apesar dessa desconfiança, precisávamos dessa aliança inglesa. O que não quer dizer que, no que se refere à con-

dução de política externa, tivéssemos, sempre que podíamos, posições completamente diferentes da Inglaterra. Um dos exemplos ilustrativos curiosos é, exactamente, o das nossas relações com os Estados Unidos. Nas nossas relações com os Estados Unidos, tivemos sempre uma posição independente da política britânica.

AV — Há uma corrente geopolítica, que se manifesta sobretudo a partir do 25 de Abril, que privilegia a relação com os Estados Unidos. Ao contrário dos nacionalistas tradicionais, antiamericanos, encara os Estados Unidos como o substituto de Inglaterra.

JCM — A raiz disso está no reconhecimento que tinham os políticos portugueses de que a independência de Portugal dependia de uma aliança externa com uma potência marítima. Na altura em que a potência marítima inglesa declina e a americana emerge, é natural que se transfira essa aliança para os Estados Unidos.

AV — Quem é que começa a defender essa ideia?

JCM — Não sei exactamente quem, mas o que é facto é que havia consciência disso e, em grande parte, o próprio Salazar, nos discursos que fez em relação à NATO, admitia que a América era uma grande potência e que nós não podíamos deixar de nos apoiar nela.

AV — Mas a América olha para a Península Ibérica de uma forma completamente diferente do que olhava a Inglaterra.

JCM — Sim. Sempre se interessaram muito mais por Espanha do que por Portugal. O que se explica, em parte, porque a Espanha é uma potência muito maior e tem uma grande influência cultural na América. O Texas era uma parte do México e da Espanha.

Se isso se explica muito bem, o que não se explica tão bem é o desinteresse por Portugal. A história das relações de Portugal com os Estados Unidos é uma espécie de namoro não correspondido. Houve uma série de ocasiões em que nós, claramente contra a política britânica, favorecemos os Estados Unidos. Mas, por parte dos Estados Unidos, nunca houve manifestações de interesse particular por Portugal, a não ser durante as duas grandes guerras, um interesse puramente estratégico em relação aos Açores. De resto, em relação a investimentos ou manifestações culturais, os Estados Unidos nunca desenvolveram uma política de grande interesse em relação a Portugal e isto apesar de nós termos uma comunidade portuguesa importante nos Estados Unidos e apesar das nossas posições estratégicas. Esquecemo-nos muitas vezes, quando falamos da importância estratégica dos Açores, da importância estratégica do continente português. Para qualquer potência exterior dominante, Portugal é importante em qualquer situação bélica na Europa. Vamos supor que, no tempo da Guerra Fria, tinha havido um avanço da União Soviética e que a Alemanha não conseguia detê-lo. Onde é que iam desembarcar as forças vindas do exterior? Um ponto seria Portugal. Portanto, poderíamos ter tido uma importância estratégica significativa. Mas os Estados Unidos nunca manifestaram um interesse particular por Portugal, ao contrário do que tem acontecido com outros pequenos países, com menos significado, como a Bélgica ou a Grécia.

AV — Os Estados Unidos passaram a ser uma prioridade do governo português de uma forma clara desde os primeiros governos democráticos.

JCM — Isso sim.

AV — A iniciativa — conquista de mercados, atracção de investimentos, cooperação política — devia partir da parte portuguesa. Mas não se tem passado assim. Descontando o período da guerra

e do pós-guerra, houve personalidades no ministério que dissessem que os Estados Unidos eram a prioridade, e que iriam trabalhar para reforçar as nossas relações com os Estados Unidos?

JCM — Não, ninguém. Havia a consciência de que Salazar não queria e, portanto, ninguém se atrevia a defender essa idcia. Havia certamente pessoas que pensavam assim, mas Salazar não queria nada disso, pelas razões que já expliquei.

AV — Com Marcelo Caetano houve uma aproximação aos Estados Unidos?

JCM — Nesse período houve uma aproximação maior aos Estados Unidos. Não há dúvidas que Marcelo Caetano aceitou distinguir o problema político do problema económico e melhorar as relações com os Estados Unidos, pondo de lado a questão política. Sabia perfeitamente que a oposição ao colonialismo era uma questão insolúvel, que não íamos convencer os Americanos, portanto tomou essa atitude. Mas mesmo aí, nessa fase, nunca detectei nenhum interesse em desenvolver uma maior aproximação com os Estados Unidos.

AV — Com o 25 de Abril, do ponto de vista político, no contexto da bipolaridade, houve uma mudança significativa nas relações com a democracia americana.

JCM — No pós-25 de Abril não participei na direcção do ministério.

AV — Mas era um observador atento.

JCM — As tendências políticas tiveram, nessa altura, várias fases. Primeiro, uma fase confusa, em que predominaram as teorias extremas do terceiro-mundismo. Na segunda fase, já na normalidade constitucional, também nunca vi que houvesse uma

grande aproximação aos Estados Unidos. Não eram a prioridade. Claro que, nessa altura, por outras razões — entrámos logo na obsessão de nos abrirmos à União Europeia, com a ideia de consolidar a democracia e, ao mesmo tempo, obter apoios e fundos para o desenvolvimento. Isso distraiu-nos um bocado das relações com os Estados Unidos. De resto, de acordo com os estudos feitos, verifica-se que não houve qualquer incremento notável dos investimentos americanos em Portugal.

AV — No *Paradoxo Atlântico*[1], Joaquim Ramos Silva mostra como Portugal estava na cauda dos países europeus, incluindo todos da Europa do Sul, que souberam tirar partido da locomotiva da economia mundial que eram e são os Estados Unidos.

JCM — A culpa é, em grande parte, dos Americanos, mas também é nossa. Nós, na verdade, não nos conseguimos libertar de certo número de vícios nacionais. Por exemplo, quando eu era director-geral dos Negócios Económicos, negociei vários acordos para evitar a dupla tributação com a França, a Alemanha e outros países. Iniciei em 1965 negociações para evitar a dupla tributação com os Estados Unidos, mas nunca foi possível concluí-las, sobretudo por teimosia burocrática do Ministério das Finanças. Ora bem, a ausência de um acordo para evitar a dupla tributação foi um elemento negativo. Quando os empresários americanos vinham a Portugal e se interessavam por investir aqui, imediatamente procuravam saber qual era a situação fiscal. Nós éramos forçados a dizer que não havia acordo, o que os afastava. Outro elemento era a nossa complicada burocracia. Enquanto os Americanos têm uma burocracia simplificada, fazem-se as coisas primeiro e depois é que se verifica a regularidade delas, em Portugal faz-se ao contrário.

---

[1] José Calvet de Magalhães, Álvaro de Vasconcelos, Joaquim Ramos Silva, *Portugal, Paradoxo Atlântico: diagnóstico das relações luso-americanas,* Lisboa: Instituto dc Estudos Estratégicos e Internacionais, 1993.

Evidentemente que esta estrutura burocrática em Portugal é, em grande parte, a razão do afastamento dos Americanos. Eu sei de casos concretos. Eles não podem perder tempo, sabemos como são os Americanos. E nós temos um problema grave, que é o problema do tempo. Em sociedades como a americana e outras europeias, avança-se a um ritmo que nós não acompanhamos. Temos um ritmo lento que desespera toda a gente. Meses e meses à espera de uma resposta. Para os americanos impacientes, o mercado português não era de tal maneira importante que os fizesse perder tempo. Há factores que são contrários ao desenvolvimento e que não existem noutros países: temos sérias barreiras burocráticas, algumas delas quase intransponíveis. Esta é a explicação real das coisas, mas tudo isso podia ser ultrapassado se houvesse, da parte da política americana, um interesse maior na aproximação a Portugal.

AV — Dada a diferença de poder entre Portugal e os Estados Unidos, a iniciativa deveria ser antes de tudo portuguesa.

JCM — É verdade. Mas houve, sobretudo no decurso do século XIX, muitas iniciativas de aproximação aos Estados Unidos que nunca foram correspondidas.

IV
Os Ministros